ENTRE CARTAS E SONHOS: EDUCAÇÃO INTEGRAL E OS SENTIDOS DA ESCOLA PARA JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

BETWEEN LETTERS AND DREAMS: COMPREHENSIVE EDUCATION AND THE MEANINGS OF SCHOOL FOR YOUNG PEOPLE IN COMPLIANCE WITH SOCIO-EDUCATIONAL MEASURES

ENTRE LETRAS Y SUEÑOS: LA EDUCACIÓN INTEGRAL Y LOS SIGNIFICADOS DE LA ESCUELA PARA LOS JÓVENES EN EL CUMPLIMIENTO DE LAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Juliana Fonseca de Oliveira Neri[1]
Rafael Felix Pelvini[2]

RESUMO
O objetivo do artigo é refletir sobre os sentidos da educação integral para a vida de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade, que estão cumprindo medidas socioeducativas, com base nas cartas trocadas entre eles e os educadores do Programa Juventudes, do Sesc, durante o Projeto "Cartas para a Fundação". A metodologia se baseia em uma análise qualitativa e sensível das cartas trocadas, utilizando a análise de conteúdo de Bardin e análise relacional de Michael Apple. Como resultado, ao destacar a centralidade das experiências e narrativas juvenis, o artigo propõe estratégias de educação integral que dialoguem com os contextos específicos de jovens marginalizados, contribuindo para a construção de sociedades democráticas e inclusivas.
PALAVRAS-CHAVE: educação integral; medidas socioeducativas; justiça curricular; socioeducação.

ABSTRACT
The aim of the article is to reflect on the meanings of comprehensive education for the lives of adolescents and young people in vulnerable situations who are serving socio-educational measures, based on the letters exchanged between them and the educators of the Sesc Youth Program during the "Letters to the Foundation" Project. The methodology is based on a qualitative and sensitive analysis of the exchanged letters using Bardin's content analysis and Michael Apple's relational analysis. As a result, by highlighting the centrality of youth experiences and narratives, the article proposes comprehensive education strategies that engage with the specific contexts of marginalized youth, contributing to the construction of democratic and inclusive societies.
KEYWORDS: integral education; social-educational measures; curricular justice; social education.

RESUMEN
El objetivo del artículo es reflexionar sobre los sentidos de la educación integral para la vida de adolescentes y jóvenes en situación de vulnerabilidad que están cumpliendo medidas socioeducativas, basándose en las cartas intercambiadas entre ellos y los educadores del Programa Juventudes del Sesc durante el Proyecto "Cartas para la Fundación". La metodología se basa en un análisis cualitativo y sensible de las cartas intercambiadas utilizando el análisis de contenido de Bardin y el análisis relacional de Michael Apple. Como resultado, al destacar la centralidad de las experiencias y narrativas juveniles, el artículo propone estrategias de educación integral que dialoguen con los contextos específicos de los jóvenes marginados, contribuyendo a la construcción de sociedades democráticas e inclusivas.
PALABRAS CLAVE: educación integral; medidas socioeducativas; justicia curricular; socioeducación.

[1] Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Universidade Metropolitana de Santos (Unimes), Brasil, ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8104-2629.
[2] Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Serviço Social do Comércio de São Paulo (SESCSP), Brasil, ORCID: https://orcid.org/0009-0003-0921-526X

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 84-105, maio/ago. 2025.
Recebido em: 07/02/2025 | Aceito em: 01/07/2025

INTRODUÇÃO

No contexto das juventudes em situação de vulnerabilidade, a educação integral emerge como uma abordagem essencial para a construção de sociedades democráticas e justas. Essa concepção educativa transcende o ensino formal e busca o desenvolvimento pleno do sujeito, abarcando dimensões como cultura, arte, afeto e cidadania. A importância dessa abordagem é ainda mais significativa quando se considera a realidade de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, cuja trajetória é marcada por desafios históricos e contemporâneos, como desigualdades sociais, estigmatização e exclusão educacional.

Em meio a esse cenário, a dimensão do sonho, conforme destacado por Krenak (2020), assume centralidade. Sonhar é, para essas juventudes, um ato de resistência, uma forma de projetar novos futuros e enfrentar as barreiras que limitam suas possibilidades. Como a educação pode ser promotora e fortalecedora de sonhos? Como as experiências de educação não formal podem contribuir para que a educação formal, comprometida com a dignidade humana na perspectiva da educação integral, possa ser significativa para a vida e dignidade humana das juventudes em situação de vulnerabilidade social?

A educação integral, fundamentada nos valores da justiça social, enfrenta o desafio de aproximar-se das realidades desses jovens, promovendo espaços que acolham suas narrativas e fomentem a participação ativa. Nesse sentido, iniciativas educacionais direcionadas a jovens em situação de vulnerabilidade devem não apenas considerar seus direitos fundamentais, mas também promover o fortalecimento de seus vínculos com a sociedade, fortalecendo a escola como um espaço de emancipação e protagonismo, de criação e fruição artística, de expressão, de resistência e de re-existência (Arroyo, 2023).

Essa perspectiva atrela-se à concepção de educação integral a ser adotada nas escolas de tempo integral. Isso porque a Lei nº 14.640 (Brasil, 2023), que institui o Programa Escola em Tempo Integral, prevê, no artigo 3º, que a prioridade de atendimento sejam as escolas que atendem estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica. A lei prevê, ainda, no mesmo artigo, que as propostas pedagógicas devem estar alinhadas à Base Nacional Comum Curricular, à LDB, e ser concebidas para oferta em jornada de tempo integral (7 horas diárias), na perspectiva da educação integral. Para que isso se efetive, o artigo 13 da lei prevê assistência técnica que vise, entre outras questões, à reorientação curricular para a educação integral; à diversificação de materiais pedagógicos; à criação de indicadores de

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 84-105, maio/ago. 2025.
Recebido em: 07/02/2025 | Aceito em: 01/07/2025

avaliação contínua. Esperamos que reflexões como as propostas neste artigo e neste dossiê possam contribuir para essa reorientação curricular, para as propostas de materiais e atividades pedagógicas e que estejam presentes nos indicadores que avaliarão essa política.

Apesar dos avanços nas legislações educacionais, a prática educativa realizada até aqui não alcançou a universalização de direitos prevista. A educação formal, apesar das lutas de educadores e pesquisadores comprometidos com uma perspectiva humanista, integral, promotora de direitos, ainda não conseguiu ser uma escola significativa para todos. Ainda não é uma escola que contempla as necessidades do público que passou a frequentá-la, quando as conquistas dos movimentos sociais e avanços na legislação começam a fechar o cerco contra os mecanismos de exclusão.

Essa lacuna é evidente no contexto de adolescentes em conflito com a lei, cujas vivências revelam o papel ainda limitado da escola em suas trajetórias. As narrativas captadas no projeto "Cartas para [a Fundação] CASA" evidenciam que, muitas vezes, a escola é percebida como distante, funcional apenas para a obtenção da "desinternação", sem se consolidar como um espaço de pertencimento e transformação. Essa desconexão entre a legislação e a prática educativa aponta para a necessidade urgente de repensar as políticas e práticas pedagógicas voltadas a esse público. Uma possibilidade para isso é a perspectiva da educação integral na jornada de tempo integral, que vem sendo ampliada na proposta da Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023 (Brasil, 2023).

Este artigo tem como objetivo refletir sobre os sentidos da educação integral para adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Baseando-se nas narrativas captadas no projeto "Cartas para [a Fundação] CASA", busca-se compreender como esses jovens percebem e se relacionam com a escola, a arte, a família e o futuro. A partir dessa reflexão, pretende-se propor caminhos para uma educação que dialogue com suas realidades e contribua para sua inclusão social e formação cidadã.

O projeto "Cartas para [a Fundação] CASA" foi desenvolvido numa parceria entre o Sesc São Paulo (Unidade Santo André) e a Fundação CASA (Unidades Santo André e Diadema) no ano de 2020. O projeto foi descrito detalhadamente e analisado na dissertação "Cartas para CASA: reflexões sobre os sentidos da escola para jovens em conflito com a lei" (Pelvini, 2024). As cartas do projeto trazem, por meio da expressão dos jovens, importantes pistas sobre qual educação integral seria significativa para suas vidas, sobre aspectos que a educação formal pode incorporar ou enfatizar para poder fazer a diferença na vida dos jovens. Conforme apontado por Moll, Silva e Agliardi (2024), a escola não vai resolver a

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 84-105, maio/ago. 2025.
Recebido em: 07/02/2025 | Aceito em: 01/07/2025

problemática social, mas pode produzir mudanças significativas em um contexto de exclusão de direitos. As cartas dos jovens evidenciam essas possibilidades de mudanças significativas.

A relevância de incluir as vozes de jovens marginalizados no debate sobre educação integral é urgente. Não se trata apenas de vê-los como beneficiários das políticas educacionais, mas como participantes ativos na construção de novas práticas e abordagens pedagógicas. O projeto "Cartas para [a Fundação] CASA" se destaca, ao proporcionar um espaço de diálogo criativo, no qual os jovens puderam expressar seus sonhos, medos e desejos. Analisar essas narrativas permite ampliar as possibilidades educativas, valorizando a integralidade dos sujeitos e contribuindo para a superação das desigualdades que marcam suas vidas.

A estrutura do artigo, inicialmente, apresenta o conceito e os desafios da educação integral para juventudes marginalizadas. Em seguida, será contextualizado o projeto "Cartas para [a Fundação] CASA" e discutida a metodologia. A terceira seção analisará as narrativas dos jovens, abordando temas como identidade, educação, arte, vínculos afetivos e desigualdades. Na sequência, serão discutidas as relações entre educação integral, socioeducação e justiça curricular. Por fim, o artigo refletirá sobre o papel da educação integral na construção de sociedades democráticas, enfatizando sua importância para a promoção da justiça social.

EDUCAÇÃO INTEGRAL E JUVENTUDES MARGINALIZADAS

Para pensar os desafios e possibilidades da educação integral a partir do ponto de vista das juventudes marginalizadas, é preciso inicialmente retomar os fundamentos da educação integral e o início de sua discussão no Brasil. A partir dessa fundamentação, poderemos nos provocar a propor práticas educativas que respeitem e valorizem as singularidades de todos os jovens brasileiros.

Na concepção de escola, presente no Manifesto dos Pioneiros de 1932, as inspirações para a educação integral já aparecem no tipo de atividade que está na base dos trabalhos. No Manifesto, é a atividade espontânea, alegre e fecunda, dirigida à satisfação das necessidades do próprio indivíduo, assim como a adaptação da atividade educativa às necessidades psicobiológicas do momento (O Manifesto..., 1932), que deve ser realizada. Nesse sentido, nós nos perguntamos: estamos promovendo na escola a construção de conhecimentos que realmente atendam às necessidades psicobiológicas dos nossos jovens? As atividades que

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 84-105, maio/ago. 2025.
Recebido em: 07/02/2025 | Aceito em: 01/07/2025

nossos adolescentes realizam na escola são alegres e fecundas? Diante de educação bancária, com currículos moldados exclusivamente para o desempenho em avaliações externas, baseadas em habilidades e competências que não cumprem o que prometem no desenvolvimento do estudante (Chizzotti; Casalli, 2012), com a plataformização e financeirização da educação (Saura; Arguelho; Lima; Pires, 2024), qual é o espaço para a espontaneidade, para a criação, para a expressão, para a fruição?

Anos depois do Manifesto, a educação integral, como discutida por autores como Jaqueline Moll, Moacir Gadotti e Paulo Freire, continua indo além da instrução escolar tradicional. Ela busca o desenvolvimento pleno dos sujeitos em todas as suas dimensões (cognitiva, afetiva, cultural, social e ética). Segundo Moll (2012), a educação integral deve ser entendida como uma proposta que considera as singularidades dos educandos, valorizando o território como espaço de aprendizagem, e as experiências de vida como ponto de partida para o processo educativo.

Para Gadotti (2009), a educação integral é uma prática educativa emancipadora que prepara os indivíduos para atuar como sujeitos críticos e transformadores na sociedade. Ele destaca a relação entre a educação integral e a sustentabilidade, argumentando que é essencial formar cidadãos que compreendam a interdependência entre os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Soares (2020) complementa essa visão, ao enfatizar a necessidade de articular a escola com outras políticas públicas, para garantir o pleno desenvolvimento das juventudes, especialmente aquelas em contextos de vulnerabilidade social.

Na teoria freiriana, em sua abordagem libertadora, a educação é definida como um ato político, voltado para a conscientização e a emancipação dos oprimidos. A integralidade da educação está, para Freire, na promoção do diálogo, no respeito à cultura dos educandos e na transformação das condições de opressão. Estamos realmente proporcionando diálogo na escola, respeitando sua cultura e promovendo reflexões e construção de conhecimentos que os ajudem, de fato, a pensar alternativas para suas situações de opressão? Quais diálogos, reflexões, expressão e fruição promovemos na escola, quando ainda percebemos sinais de crianças em situação de trabalho infantil, adolescentes sendo empurrados socialmente para o trabalho infantil, explorados pelo tráfico de drogas? Que currículo escolar temos construído para transformar essa realidade?

A interseção entre educação integral, justiça curricular e justiça social é essencial para a promoção de políticas educacionais voltadas à equidade. Arroyo (2023), ao refletir sobre as resistências e as vidas re-existentes, relembra-nos que o currículo deve ser crítico e

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 84-105, maio/ago. 2025.
Recebido em: 07/02/2025 | Aceito em: 01/07/2025

comprometido com a inclusão de saberes e culturas historicamente marginalizados, para promover a dignidade e a cidadania dos sujeitos.

Segundo Ponce (2018), a justiça curricular pressupõe a democratização do conhecimento e a garantia de condições para a permanência e o sucesso escolar dos estudantes, especialmente em contextos de desigualdade.

Numa tentativa de síntese da fundamentação dos autores citados, para pensar a relação entre a educação integral e as juventudes marginalizadas, podemos entender que educar de forma integral exige reconhecer e valorizar as vivências e histórias dessas juventudes. Assim, o currículo, tanto da educação formal quanto da educação não formal, deve ser um espaço de resistência e criação, no qual os jovens possam expressar suas vozes e construir narrativas que dialoguem com seus contextos e projetos de vida.

A socioeducação, conforme Souza Neto (2002), é um processo que busca garantir, aos adolescentes em conflito com a lei, a possibilidade de reescrever suas histórias e reintegrar-se à sociedade com dignidade e autonomia. Ele argumenta que as medidas socioeducativas devem estar centradas na ideia de responsabilização sem punição, promovendo a educação como um direito fundamental e uma oportunidade de reconstrução social.

Nesse sentido, a educação integral, no contexto socioeducativo, precisa ultrapassar a lógica da mera escolarização, abraçando práticas pedagógicas que fomentem o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões. A arte, o esporte, os vínculos afetivos e o fortalecimento da identidade cultural são exemplos de caminhos que ampliam as possibilidades educativas para esses jovens.

Os desafios para implementar uma educação integral que dialogue com a justiça social e os direitos humanos são amplos. Entre eles, destaca-se a necessidade de superar preconceitos e estigmas que rotulam jovens em conflito com a lei como “perdidos” ou “perigosos”. Além disso, é crucial alinhar políticas públicas às demandas específicas dessas juventudes, assegurando recursos e formação para os educadores que atuam nesse campo.

Por outro lado, as potencialidades da educação integral são evidentes. Ao reconhecer a complexidade dos sujeitos e suas histórias, essa abordagem educativa abre caminhos para práticas pedagógicas mais inclusivas e transformadoras. A valorização da arte e da cultura, como exemplificado no projeto “Cartas para [a Fundação] CASA”, demonstra o impacto positivo de iniciativas que colocam os jovens no centro do processo educativo.

As narrativas dos jovens em conflito com a lei são fundamentais para repensar a educação integral. Como veremos a seguir, a partir do que foi apontado nas cartas analisadas,

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 84-105, maio/ago. 2025.
Recebido em: 07/02/2025 | Aceito em: 01/07/2025

eles expressam desejos de pertencimento, reconhecimento e futuro. Esses testemunhos ampliam nossa compreensão sobre as limitações e possibilidades da educação, inspirando a criação de políticas públicas mais sensíveis e conectadas às realidades juvenis.

A partir dessas narrativas, podemos construir propostas educativas que reconheçam os jovens como protagonistas de suas histórias e agentes de transformação social. Suas vozes são um convite para repensarmos a escola como um espaço de acolhimento e emancipação.

Ao abordar a integralidade dos sujeitos em formação, a educação integral nos desafia a refletir sobre o projeto de nação que estamos construindo. Quais sujeitos estamos formando? Quais possibilidades de expressão das potencialidades das nossas juventudes estamos promovendo? Responder a essas perguntas implica investir em práticas educativas que respeitem e valorizem as singularidades dos jovens brasileiros, fortalecendo suas capacidades de participação ativa na sociedade e na construção de um futuro mais justo e democrático.

CONTEXTO E METODOLOGIA

O Programa Juventudes, do Sesc no Estado de São Paulo, busca estabelecer processos educativos, do tipo não formal e não escolar, a um público que vai dos 12 aos 29 anos. Sua atuação é definida por educadores e educadoras em suas mais de quarenta unidades, que têm autonomia para decidir que linguagens e temáticas irão trabalhar. Isto, por si só, já nos apresenta o cenário do direito a tempos-espaços de um justo e digno viver (Arroyo, 2012). O Sesc em São Paulo, com mais de cinquenta anos de história, tem os recursos, o corpo técnico e o respeito institucional necessários para oferecer uma educação complementar à escola, não apenas ao público de baixa renda, inserido no comércio, serviços e turismo, mas a todos os públicos que queiram participar dessas ações, visto que as unidades da instituição se demonstram na constante intenção de expandir o atendimento.

É neste contexto que, em março de 2020, iniciou-se um projeto de atendimento a adolescentes cumprindo medidas socioeducativas no Sesc Santo André. Era a continuidade de um trabalho do ano anterior, que recebia mensalmente cerca de quinze adolescentes em liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, numa articulação com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) daquele município.

Esta continuidade se daria com atendimento aos adolescentes na Fundação CASA, unidades de Diadema e Santo André I e II. Eram cerca de 180 jovens do sexo masculino, entre 12 e 21 anos. No entanto, este trabalho precisou ser repensado por conta da pandemia da

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 84-105, maio/ago. 2025.
Recebido em: 07/02/2025 | Aceito em: 01/07/2025

covid-19 e do consequente isolamento social. O projeto "Cartas para Fundação" surge para contemplar esta mudança.

Trata-se de uma troca de cartas de abordagem participativa, que buscou estabelecer um diálogo poético com os adolescentes internos nas unidades da Fundação CASA citadas acima. Buscava-se, com isso, que os adolescentes, quando egressos e livres, encontrassem, na unidade Santo André do Sesc, novas possibilidades de existência e de narrativa das próprias vidas.

Com isso, as três pessoas educadoras da equipe socioeducativa, após se reconhecerem como educadores-pesquisadores, elaboraram um planejamento de envio de cartas. Na dissertação "Cartas para CASA: reflexões sobre os sentidos da escola para jovens em conflito com a lei" (Pelvini, 2024), é descrito este processo:

> No projeto "Cartas para a Fundação", enviamos três cartas [...] em tempos distintos, e seu conteúdo consistia em:
> - nos apresentar;
> - apresentar o Sesc em São Paulo;
> - desejar que nos conhecêssemos pessoalmente;
> - uma provocação poética e
> - uma pergunta a ser respondida.
>
> As respostas poderiam ser elaboradas da maneira que o adolescente quisesse, escrevendo ou desenhando - e, em conversa com as coordenadoras pedagógicas e diretores de cada unidade da Fundação CASA, combinamos que os adolescentes eram convidados a responder, podendo recusar, e que tivessem em vista que tudo que escrevessem seria transformado em obras de arte ou publicações futuras. Todas as cartas foram acompanhadas por um pendrive com um vídeo, onde cada educador e educadora leu a carta que escreveu, para auxiliar possíveis adolescentes com dificuldades na leitura. [...].
>
> As perguntas foram criadas por nós a partir dos estudos em Adolescências e Juventudes. À época, o curta-documentário "Medo de Sobrar, Medo de Sonhar" (2018), da produtora INFAME, realização do Sesc em São Paulo, nos ajudou a elaborar as perguntas enviadas, propositadamente abertas, e até mesmo filosóficas, para que pudessem abarcar a liberdade de expressão dos jovens:
> - Quem é você agora?
> - Para onde você vai? Para onde você volta?
> - Qual seu caminho possível? Qual seu caminho desejado? (Pelvini, 2024, p. 39-40).

Cerca de 180 adolescentes participaram da pesquisa. Devido ao caráter transitório da medida socioeducativa, alguns responderam à primeira carta, mas não responderam à segunda ou terceira. As cartas, enviadas nos primeiros meses de 2021, foram respondidas de maneira poética e muito franca pelos adolescentes. Estas respostas podem ser amplamente analisadas no trabalho acima citado, que disponibilizou as cartas dos jovens de maneira integral, respeitando a privacidade e o direito ao sigilo das histórias dos adolescentes participantes.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 84-105, maio/ago. 2025.
Recebido em: 07/02/2025 | Aceito em: 01/07/2025

Posteriormente, nesta mesma dissertação, foi feita uma análise das cartas, como instrumentos de reflexão crítica e expressão artística. A partir de Bardin (2016), foi feita uma leitura para identificar os padrões de repetição na comunicação feita pelos adolescentes em mais de 300 páginas de cartas, procurando, assim, examinar as características de seu conteúdo, relacionando-as com as condições implícitas e explícitas em que foram produzidas.

Nessa análise do conteúdo também houve a intenção de estabelecer o que Apple (2006) chama de análise relacional, ou seja, buscando compreender a atividade social como algo ligado ao grande grupo de instituições que distribuem recursos, de forma que determinados grupos e classes têm historicamente sido ajudados, ao passo que outros têm sido tratados de maneira menos adequada. Para o autor, as coisas recebem significados relacionais, pelas conexões e laços complexos com o modo pelo qual uma sociedade é organizada e controlada. Na análise a seguir, as narrativas serão interpretadas na relação com o contexto de vida dos jovens, evidenciando que a realidade social "os tratou de maneira menos adequada" para que, a partir dessa análise, a busca por uma educação realmente integral, para o desenvolvimento pleno, possa reverter esse cenário, de modo que "esse grupo possa ser historicamente ajudado".

Esta análise, de conteúdo e relacional, das narrativas dos jovens resultou nos eixos temáticos que discutiremos no tópico a seguir.

ANÁLISE DAS NARRATIVAS DOS JOVENS

A análise das cartas escritas pelos jovens no projeto "Cartas para a Fundação" permite um mergulho em suas vivências, percepções e expectativas em relação à escola, à sociedade e ao futuro. A partir da leitura dessas narrativas, emergiram quatro eixos temáticos principais: identidade e pertencimento; educação e arte como resistências; família e afetividade; e desafios estruturais. Esses eixos organizam a discussão a seguir, evidenciando as formas como os jovens expressaram suas trajetórias, suas dores e suas esperanças.

Olhar para as cartas sob a ótica da identidade e pertencimento pretende despertar reflexões sobre como os jovens se veem e constroem seus futuros. A identidade juvenil é construída em meio a desafios, influências culturais e experiências marcadas por rupturas e recomeços. Nas cartas analisadas, os jovens frequentemente se apresentam a partir de um olhar reflexivo sobre quem são, no momento presente, e sobre as transformações que desejam alcançar. A pergunta "Quem é você agora?" foi um dos pontos de partida para que os

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 84-105, maio/ago. 2025.
Recebido em: 07/02/2025 | Aceito em: 01/07/2025

adolescentes elaborassem suas respostas, revelando sentimentos de arrependimento, desejo de mudança e, em alguns casos, uma busca por regeneração.

Frases como “hoje me encontro mais forte”, “eu sou um jovem cheio de sonhos para conquistar” e “procurei o fundo do poço com a minha própria mão” são recorrentes e indicam uma tentativa de reconstrução pessoal. Em diversas cartas, a identidade aparece vinculada a um sentido de pertencimento (ou à falta dele), seja em relação à família, ao grupo de pares ou à sociedade de maneira mais ampla. As narrativas também revelam que o processo de internação interfere profundamente na autoimagem dos jovens. Como apontado na dissertação, a padronização imposta pela Fundação CASA – desde a vestimenta até as regras comportamentais rígidas – reforça uma sensação de perda de individualidade e de autonomia. Contudo, mesmo diante dessas imposições, os adolescentes utilizam as cartas para reafirmar suas histórias e projetar novos futuros, ressignificando suas experiências e buscando sentido para sua trajetória.

No segundo eixo, ao analisar educação e arte como resistências, a intenção é destacar o uso de funk, desenhos e poesias para expressar desafios e sonhos. A arte ocupa um lugar central na experiência dos jovens, funcionando como uma ferramenta de expressão e resistência. As cartas analisadas revelam a presença significativa do funk, do grafite, dos desenhos e das poesias, como formas de comunicação, que permitem aos adolescentes manifestarem suas percepções sobre a vida, a escola e o futuro. O funk, em particular, aparece como um veículo potente de narrativa autobiográfica e crítica social, sendo citado em diversas respostas e até mesmo transcrito nas cartas.

Os jovens compartilham composições próprias, utilizando a linguagem musical para descrever suas trajetórias e aspirações. Uma das canções mencionadas inicia com os versos: “ô mãe, quero vencer/ganhar dinheiro, pra te fortalecer”, evidenciando a conexão entre arte, família e superação. O grafite e os desenhos também são amplamente utilizados como formas de expressão, permitindo que aqueles que não se sentem confortáveis com a escrita encontrem outros meios de comunicação.

A presença da arte no cotidiano dos adolescentes é uma demonstração da potência educativa das expressões culturais periféricas. Como aponta Silva (2016), o direito à educação não se limita ao acesso à escola, mas envolve a possibilidade de vivências culturais e artísticas que ampliem a compreensão de mundo dos sujeitos e permitam a construção de novas narrativas sobre si mesmos. Assim, a valorização dessas linguagens na educação integral pode

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 84-105, maio/ago. 2025.
Recebido em: 07/02/2025 | Aceito em: 01/07/2025

representar uma ponte entre o universo juvenil e o espaço escolar, tornando a escola mais significativa para esses jovens.

Em relação à família e afetividade, a análise busca destacar, a partir das cartas, a relevância dos vínculos sociais e emocionais na trajetória dos jovens. O papel da família emerge com grande força nas cartas analisadas, especialmente a figura materna. As mães, avós e irmãs mais velhas aparecem como referências afetivas centrais, sendo constantemente mencionadas nos relatos. Em várias cartas, os jovens expressam sentimento de culpa e desejo de reparação em relação a suas mães, como demonstrado na fala de um adolescente: "a pessoa mais importante que eu decepcionei".

A ausência paterna também é um tema recorrente, reforçando a sobrecarga das mulheres no cuidado e na sustentação dos filhos. O abandono paterno é citado direta ou indiretamente em diversos relatos, alinhando-se a uma dinâmica estrutural observada em contextos de vulnerabilidade social. Esse cenário é ilustrado na dissertação, por meio da música "Negro Drama", dos Racionais MC's (2002), que sintetiza a realidade de muitos desses jovens: "um bastardo, mais um filho pardo, sem pai".

Além dos laços familiares, as cartas revelam a importância das amizades construídas dentro da Fundação CASA. O ambiente de internação, marcado por regras rígidas e pelo isolamento social, leva os adolescentes a desenvolverem laços de solidariedade entre si, o que, em alguns casos, transforma-se em uma rede de apoio fundamental para a sobrevivência emocional.

Por fim, ao refletir sobre os desafios estruturais, a intenção é destacar, na interpretação das cartas dos adolescentes, as percepções destes sobre violência, desigualdade e exclusão. As cartas evidenciam a consciência dos jovens sobre os desafios estruturais que marcam suas trajetórias. Muitos relatam experiências diretas de violência policial, exclusão escolar e falta de oportunidades de trabalho. Esses relatos demonstram que a trajetória que levou à internação não pode ser analisada apenas sob a ótica da responsabilização individual, mas deve ser compreendida dentro de um contexto mais amplo de desigualdade e vulnerabilidade social. Em outras palavras, ao pensarmos em educação integral, precisamos contemplar a integralidade do sujeito em seu desenvolvimento, sua história de vida, o contexto sócio-histórico de seu território e de seus ancestrais. Nesse sentido, os desafios estruturais devem ser enfrentados por propostas educativas formais e não formais que se pretendam integrais.

Dentre os desafios estruturais, a escola, por exemplo, é mencionada de maneira ambígua: para alguns, representa uma oportunidade de reconstrução e um espaço de

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 84-105, maio/ago. 2025.
Recebido em: 07/02/2025 | Aceito em: 01/07/2025

esperança, enquanto, para outros, é vista como distante e insuficiente. Como afirma um jovem em sua carta: “a escola só serve para assinar minha liberação”, apontando para a percepção de que o ensino formal não dialoga com suas reais necessidades e expectativas.

Além disso, muitas cartas expressam um sentimento de descrença nas possibilidades de ascensão social, evidenciado por frases como “o crime não compensa, mas e as opções que eu tenho?”. Essa perspectiva reforça a necessidade de políticas públicas que não apenas promovam a educação integral, mas também garantam suporte socioeconômico para esses adolescentes, evitando que a reincidência infracional se torne o único caminho visível.

A análise das narrativas evidencia que a experiência dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas não pode ser reduzida à penalização de suas ações. Suas cartas revelam um universo complexo de afetos, desejos e desafios, apontando para a urgência de uma educação integral, que dialogue com suas realidades e lhes ofereça novas perspectivas de futuro.

A partir dessas reflexões, o próximo capítulo discutirá as conexões entre educação integral, socioeducação e justiça curricular, destacando estratégias para a construção de uma escola que efetivamente acolha e transforme as experiências desses jovens.

EDUCAÇÃO INTEGRAL E JUSTIÇA CURRICULAR

A educação integral visa ao desenvolvimento pleno dos estudantes, abrangendo dimensões intelectuais, emocionais, sociais e culturais. Moll (2012), referência nesse campo, destaca que a educação integral deve ser entendida como um direito, promovendo a ampliação de tempos e espaços educativos, para garantir uma formação mais completa dos indivíduos.

A justiça curricular, por sua vez, propõe a construção de currículos que promovam a justiça social, reconhecendo e valorizando as experiências e narrativas dos estudantes, afirmando a dignidade humana dos sujeitos. Ponce e Neri (2018) apontam que a afirmação da dignidade humana da infância é urgente e necessária em todos os espaços sociais, por meio de um processo educativo que mobilize mentalidades e práticas voltadas para a garantia dos direitos humanos. Promover a Educação em Direitos Humanos (EDH) em todas as instituições, em espaços formais e não formais, para as autoras, contribui para disseminar, em larga escala, a cultura do respeito e o reconhecimento da humanidade em todas as crianças. Assim, para as autoras, o exercício da justiça curricular não pode prescindir de abordar os

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 84-105, maio/ago. 2025.
Recebido em: 07/02/2025 | Aceito em: 01/07/2025

direitos humanos (Ponce; Neri, 2018) e deve se ocupar no enfrentamento de todas as formas de violência (Ponce; Neri, 2017).

Nesse sentido, o currículo de instituições formais e não formais de educação deve ser um instrumento de justiça social e enfrentamento das violências, porque essas não são questões individuais ou de âmbito privado, que afetam apenas um indivíduo. Entende-se, nos estudos de educação integral e de justiça curricular, que tudo o que fere os direitos humanos e educacionais compromete a construção da existência e da convivência democrática do sujeito, do território, da coletividade.

Integrar as perspectivas da educação integral e da justiça curricular implica reconhecer a centralidade do estudante no processo educativo, valorizando suas vivências e promovendo uma formação que transcenda a mera transmissão de conteúdos. Moll (2012) enfatiza a importância de resgatar a experiência que o país já tem com a agenda da educação integral, garantindo financiamento adequado, valorização dos professores e articulação entre União, Estados e Municípios.

Para adaptar os currículos de modo a integrar as vozes dos jovens e atender às suas necessidades específicas, é fundamental adotar práticas pedagógicas que promovam a participação ativa dos estudantes. Isso inclui a incorporação de temas emergentes das realidades da juventude, como questões de gênero, raça, classe social, experiências de violência e de violação de direitos, além de um investimento intencional em atividades artísticas que possibilitem a expressão, a autoria, a criatividade e o pensamento crítico, inovador, comprometido com a construção de uma realidade melhor para si e para o coletivo.

Além disso, é essencial promover a gestão democrática da educação, envolvendo a comunidade escolar na definição das prioridades curriculares. Isso permite que o currículo reflita as demandas e necessidades reais dos estudantes, tornando a educação mais relevante e significativa. Moll (2012) enfatiza que a educação integral deve ser entendida como um direito, promovendo a ampliação de tempos e espaços educativos, para garantir uma formação mais completa dos indivíduos.

Em suma, a integração das abordagens de educação integral e justiça curricular requer uma reconfiguração dos currículos, tanto da educação formal quanto da não formal, de modo que estes valorizem as experiências e narrativas dos jovens, promovam a justiça social e atendam às necessidades específicas das juventudes, conforme ficou evidente em Pelvini (2024). Isso implica em práticas pedagógicas que reconheçam a centralidade do estudante,

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 84-105, maio/ago. 2025.
Recebido em: 07/02/2025 | Aceito em: 01/07/2025

promovam a participação ativa e incluam temas relevantes para suas realidades, contribuindo para uma formação integral e emancipatória.

REFLEXÕES PARA SOCIEDADES DEMOCRÁTICAS

A análise das narrativas dos jovens que participaram do projeto "Cartas para a Fundação" revelou múltiplas dimensões da experiência socioeducativa e das desigualdades que estruturam suas vidas. As cartas evidenciam que o percurso escolar e a relação com o Estado são marcados por exclusão, desconfiança e descontinuidade. Ao mesmo tempo, revelam também desejos, sonhos e uma busca por pertencimento. A educação integral, ao reconhecer a integralidade dos sujeitos e sua complexidade social, pode se configurar como um caminho possível para a construção de sociedades mais justas, inclusivas e realmente democráticas, nas quais todos tenham vida digna. Para isso, é fundamental que os sistemas educativos dialoguem com as realidades das juventudes vulnerabilizadas, e que as políticas públicas estejam comprometidas com a transformação social.

Para ampliar a reflexão em torno disso, apontaremos aqui uma discussão que pode contribuir para pensar possibilidades de efetivação desse compromisso, a partir de dois eixos fundamentais: a relação entre socioeducação e democracia, evidenciando o papel da educação integral na formação cidadã, e as formas como as políticas públicas podem dialogar com as especificidades das adolescências e juventudes, especialmente no contexto das medidas socioeducativas.

A educação integral, ao se propor a superar a fragmentação dos tempos e espaços educativos, tem o potencial de contribuir para a formação de cidadãos críticos e participativos. Como destaca Moll (2012), essa abordagem amplia as oportunidades de aprendizagem para além dos conteúdos disciplinares, incluindo dimensões culturais, artísticas e sociais que fortalecem o protagonismo juvenil e a construção da identidade dos estudantes.

No contexto da socioeducação, essa perspectiva assume um papel ainda mais relevante. Os jovens, em cumprimento de medidas socioeducativas, estão frequentemente à margem dos espaços democráticos de participação. As escolas, muitas vezes, não representam um local de acolhimento e pertencimento, sendo vistas apenas como uma formalidade para obtenção da liberação judicial, conforme evidenciado em várias das cartas analisadas. Para transformar essa realidade, a educação integral deve promover uma escuta ativa dessas

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 84-105, maio/ago. 2025.
Recebido em: 07/02/2025 | Aceito em: 01/07/2025

juventudes e incorporar práticas pedagógicas que reconheçam esses jovens como sujeitos de direitos e atores sociais.

A relação entre socioeducação e democracia também é abordada por Souza Neto (2010), que defende a necessidade de medidas socioeducativas baseadas na responsabilização sem punição, garantindo aos adolescentes a oportunidade de reconstruir suas trajetórias por meio da educação e da participação social. Esse autor destaca que a socioeducação precisa ser orientada por princípios da justiça restaurativa, assegurando que os adolescentes tenham acesso a uma formação que os prepare para a vida em sociedade e não apenas para o cumprimento de sanções.

Apple (2006), ao discutir a relação entre currículo e poder, alerta para os perigos de uma educação que reforce desigualdades estruturais. Para ele, o currículo oficial frequentemente reflete os interesses dos grupos dominantes, marginalizando as vozes daqueles que vivem em contextos de vulnerabilidade (Apple, 2006). No caso dos jovens da Fundação CASA, essa exclusão se materializa na desconexão entre os conteúdos escolares e suas realidades de vida. Isso reforça a necessidade de currículos mais flexíveis, que dialoguem com os saberes populares e reconheçam as vivências juvenis como potências educativas.

Nessa mesma direção, Silva e Gaspar (2016) argumentam que a pedagogia social deve se afirmar como perspectiva de inovação nos diversos espaços de construção dos saberes, das experiências individuais e coletivas, proporcionando condições básicas de acesso à educação, para os sujeitos históricos excluídos das oportunidades educacionais, possibilitando, aos indivíduos estigmatizados pelo sistema educacional excludente, uma via de acesso ao ensino e ao exercício da cidadania. Assim, destacamos a necessidade de ir além da escolarização formal, incorporando experiências culturais e artísticas que possibilitem, aos jovens, novas formas de expressão e pertencimento social. Como demonstrado no projeto “Cartas para a Fundação”, práticas como a escrita criativa, o funk e o grafite são formas legítimas de conhecimento que precisam ser valorizadas no processo educativo.

Laval e Vergne (2023), em sua obra sobre educação democrática, reforçam que a escola deve ser um espaço de emancipação, onde os estudantes são encorajados a participar ativamente da sociedade. Para os autores, a educação precisa fomentar nos jovens o desejo, os hábitos e as condições de participarem da elaboração das regras coletivas, de se envolverem na discussão e na tomada de decisão em comum. Essa reflexão é essencial para pensar a educação de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, pois aponta para a

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 84-105, maio/ago. 2025.
Recebido em: 07/02/2025 | Aceito em: 01/07/2025

necessidade de criar espaços de participação e escuta, que os reconheçam como parte da comunidade escolar e social.

As políticas públicas voltadas para a juventude têm sido historicamente marcadas por contradições. Se, por um lado, existem programas voltados à inclusão educacional, por outro, a criminalização das juventudes periféricas e a alta taxa de evasão escolar evidenciam um distanciamento entre as ações do Estado e as necessidades desses jovens. O projeto "Cartas para a Fundação" evidencia que muitos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas não encontram na escola um espaço significativo. A descontinuidade do percurso escolar e a falta de estratégias pedagógicas que contemplem suas especificidades resultam em um ciclo de exclusão que, muitas vezes, repete-se na vida adulta.

Para enfrentar esse desafio, as políticas públicas precisam integrar diferentes esferas – educação, assistência social, cultura e trabalho – garantindo suporte contínuo aos adolescentes em situação de vulnerabilidade. Souza Neto (2010) propõe que a socioeducação seja estruturada a partir de um modelo intersetorial, em que diferentes áreas atuem conjuntamente para garantir que os jovens tenham acesso a oportunidades reais de inserção social e profissional.

Outra questão central é a urgência de um currículo mais inclusivo. Ponce e Neri (2018) defendem que a justiça curricular deve garantir que a escola seja um espaço de acolhimento e enfrentamento das desigualdades. Isso significa incorporar ao currículo temas como racismo, violência, territorialidade e cultura periférica, de forma a tornar o ensino mais significativo para os estudantes.

Além disso, é necessário ampliar a oferta de atividades extracurriculares que possibilitem novas experiências formativas. Como demonstrado na pesquisa de Pelvini (2024), os jovens respondem de maneira positiva a metodologias que valorizam a criatividade e a expressão artística. Projetos que integrem música, literatura e artes visuais podem fortalecer o vínculo com a escola e contribuir para a ressignificação das trajetórias desses adolescentes.

A construção de sociedades democráticas passa, necessariamente, pelo reconhecimento das juventudes em situação de vulnerabilidade como sujeitos de direitos. O projeto "Cartas para a Fundação" demonstrou que, quando a escola abre espaço para que esses jovens expressem suas experiências e sonhos, surgem novas possibilidades de pertencimento e transformação.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 84-105, maio/ago. 2025.
Recebido em: 07/02/2025 | Aceito em: 01/07/2025

A partir das reflexões apresentadas, reafirma-se a necessidade de políticas educacionais que promovam a educação integral e a justiça curricular como caminhos para a inclusão social. A socioeducação, ao invés de ser apenas um mecanismo de controle, deve ser um espaço de ampliação de oportunidades e de fortalecimento da cidadania.

A escola democrática, como propõem Laval e Vergne (2023), tem a tarefa de ensinar o jovem a tornar-se um participante ativo na determinação coletiva das regras da vida em comum, e um participante ativo da vida social e cultural, da sua renovação e da sua criatividade, vivenciando a responsabilidade pelo mundo no qual vai viver. Para que isso se concretize, é preciso investir nas políticas públicas, na formação de educadores, na reformulação dos currículos e na criação de espaços que reconheçam e valorizem as múltiplas juventudes que compõem o tecido social brasileiro.

CONCLUSÃO

As reflexões construídas ao longo deste artigo evidenciam que a educação integral pode ser um caminho para a construção de sociedades mais justas e inclusivas, especialmente para adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. A análise das cartas trocadas no projeto "Cartas para a Fundação" revelou elementos essenciais sobre a relação desses jovens com a escola, suas trajetórias identitárias, os desafios estruturais que enfrentam e o papel da arte e da educação não formal em sua formação.

As vozes dos jovens, expressas nas cartas, reafirmam a necessidade urgente de uma educação que vá além da mera escolarização e que reconheça a integralidade dos sujeitos. A seguir, sintetizamos os principais aprendizados que emergiram desta pesquisa e suas implicações para o debate sobre educação integral, justiça curricular e os sentidos da escola para jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Destaca-se como aprendizado da pesquisa e contribuição para os avanços das concepções, das práticas e das políticas públicas de educação integral, justiça curricular e socioeducação, a relação dos jovens com a escola. As cartas revelam que, para muitos adolescentes, a escola é percebida de forma utilitarista, muitas vezes associada à desinternação, ou seja, à obtenção da liberdade. A escola é vista como um meio necessário para reconstruir a vida pós-internação, mas não necessariamente como um espaço de pertencimento ou realização pessoal. Em diversas narrativas, os jovens mencionam a escola como uma "oportunidade perdida", destacando que, antes da internação, o ambiente escolar

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 84-105, maio/ago. 2025.
Recebido em: 07/02/2025 | Aceito em: 01/07/2025

não foi capaz de atender suas necessidades ou de fornecer suporte adequado para evitar o afastamento e a evasão.

Este dado reforça a necessidade de políticas públicas que repensem a escola não apenas como um espaço de ensino formal, mas também como um local de acolhimento e construção de perspectivas para o futuro. Como afirmam Ponce e Neri (2018), a escola deve atuar na garantia de direitos e na superação de desigualdades, sendo um espaço de fortalecimento das juventudes e não de sua exclusão.

Sobre a construção da identidade e do pertencimento, as cartas revelam sentimentos ambíguos de exclusão e esperança. Muitos jovens expressam, por meio de desenhos, letras de funk e textos poéticos, suas trajetórias e sonhos, bem como a busca por reconexão com suas famílias e comunidades. A identidade juvenil, nesses contextos, é constantemente tensionada entre as experiências de marginalização e os desejos de reconstrução.

As narrativas apontam para a importância de uma educação que valorize essas expressões e que promova um currículo que dialogue com a realidade dos estudantes. Michael Apple (2006) argumenta que a escola tradicional tende a excluir os saberes periféricos e a reproduzir uma estrutura curricular que não reconhece as vivências das juventudes marginalizadas. A justiça curricular, ao contrário, deve garantir que a escola seja um espaço de reconhecimento e pertencimento.

Um dos achados mais relevantes do estudo foi o papel da educação não formal na ressignificação da experiência socioeducativa. O projeto demonstrou que práticas como a troca de cartas e o estímulo à expressão artística são ferramentas poderosas para fortalecer a autoestima e a resiliência dos jovens. A arte, em especial o funk e o grafite, aparece como um elemento de resistência e como um canal legítimo de manifestação de identidade e subjetividade.

Silva (2016) enfatiza que a socioeducação precisa ir além da escolarização tradicional, incorporando práticas que permitam aos jovens expressar-se e construir novas narrativas sobre si mesmos. O projeto “Cartas para a Fundação” evidenciou que espaços de escuta e de livre expressão são fundamentais para que os jovens possam reconstruir sua identidade e se projetar no futuro.

Outro elemento identificado na pesquisa foi a presença de marcadores de desigualdade social, racismo e pobreza nas narrativas dos jovens. Muitos deles mencionam como essas condições influenciaram diretamente suas trajetórias de vida e suas escolhas, reforçando o papel da estrutura social na criminalização da juventude negra e periférica.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 84-105, maio/ago. 2025.
Recebido em: 07/02/2025 | Aceito em: 01/07/2025

A escola, como apontado ao longo deste artigo, precisa enfrentar esses desafios estruturais, por meio de um currículo crítico e emancipador. A discussão sobre justiça curricular e educação integral não pode ignorar a necessidade de políticas públicas que combatam as desigualdades que atravessam a vida dos estudantes. Como destaca Souza Neto (2010), a socioeducação deve estar fundamentada em princípios de justiça social e restaurativa, garantindo que esses jovens tenham reais oportunidades de inserção social e profissional.

Por fim, as cartas reafirmam a importância de currículos que promovam o protagonismo juvenil, permitindo que os estudantes sejam sujeitos ativos no processo educativo. Os testemunhos evidenciam que os jovens desejam ser ouvidos e reconhecidos, e que a escola pode desempenhar um papel transformador, caso se proponha a construir práticas pedagógicas que valorizem suas experiências e conhecimentos.

Ponce e Neri (2017) defendem que a justiça curricular deve estar comprometida com a construção de uma escola inclusiva, que reconheça as violências estruturais e que promova a participação ativa dos estudantes. A escuta das juventudes e a incorporação de suas vivências ao currículo são passos fundamentais para a democratização da escola e para o fortalecimento da cidadania.

Com base nas reflexões e aprendizados apresentados, destacamos algumas recomendações para o aprimoramento das políticas educacionais voltadas para adolescentes em situação de vulnerabilidade: ampliação da educação integral em unidades socioeducativas (a escola deve ser um espaço que integre diferentes dimensões do conhecimento, incluindo arte, cultura e práticas comunitárias, promovendo um ensino significativo e emancipador); fortalecimento da justiça curricular (é fundamental que os currículos contemplem as realidades das juventudes periféricas, incorporando temas como desigualdade racial, direitos humanos e resistência cultural); valorização da escuta e do protagonismo juvenil (criar espaços de escuta e participação efetiva dos estudantes nas decisões escolares pode contribuir para tornar a escola um ambiente mais acolhedor e democrático); investimento em políticas intersetoriais (a educação não pode ser tratada isoladamente, é necessário articular políticas de assistência social, cultura e trabalho para garantir suporte contínuo aos jovens e suas famílias); formação docente para o trabalho com juventudes em situação de vulnerabilidade (os professores devem estar preparados para lidar com as especificidades de todos os estudantes, adotando metodologias que dialoguem com suas vivências e potencialidades).

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 84-105, maio/ago. 2025.
Recebido em: 07/02/2025 | Aceito em: 01/07/2025

A partir dessas recomendações, reafirma-se a necessidade de repensar a escola como um espaço de acolhimento, transformação e justiça social. A educação integral e a justiça curricular, ao colocarem os estudantes no centro do processo educativo, possibilitam a construção de novas trajetórias e a efetivação de direitos historicamente negados. A escola democrática (que ensina, escuta, acolhe e transforma) precisa ser construída para que as juventudes vulnerabilizadas tenham oportunidades reais de desenvolvimento integral.

A educação integral não deve ser vista como um privilégio de parte da população, mas como um direito de todos, sem exceção. As narrativas analisadas evidenciam que a escola e as instituições de educação não formal têm um papel central na construção e reconstrução de vidas e que, para cumprir essa missão, precisam urgentemente se transformar.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. 3. ed. Tradução de Vinicius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARROYO, Miguel. O direito a tempos-espaços de um justo e digno viver. *In*: MOLL, Jaqueline (org.). **Caminhos da Educação Integral no Brasil**: direitos a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 33-45.

ARROYO, Miguel. **Vidas re-existentes**: reafirmando sua outra humanidade na história. Petrópolis: Vozes, 2023.

PELVINI, Rafael. **Cartas para CASA**: reflexões sobre os sentidos da escola para jovens em conflito com a lei, 2024. 473 fls. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. reimp. 1. ed. Tradução de Luís Antero Reto. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023**. Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas_suplementares/educacao-basica/lei-no-14-640-de-31-de-julho-de-2023-eti.pdf/view. Acesso em: 15 dez. 2024.

CHIZZOTTI, Antonio; CASALLI, Alípio. O Paradigma Curricular Europeu das Competências. **Cadernos de História da Educação**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 13-30, jan./jun. 2012.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 84-105, maio/ago. 2025.
Recebido em: 07/02/2025 | Aceito em: 01/07/2025

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil**: inovações em processo. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. (Educação Cidadã; 4).

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LAVAL, Christian; VERGNE, Francis. **Educação democrática**: a revolução escolar iminente. Petrópolis: Vozes, 2023.

MOLL, Jaqueline (org.). **Caminhos da Educação Integral no Brasil**: direitos a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

MOLL, Jaqueline; SILVA, Edna Alves Pereira da; AGLIARDI, Ilda Renata da Silva. Educação integral como direito: uma caminhada histórica desde o Manifesto dos Pioneiros de 1932 até a Lei 14.640 de 2023. **Revista de Ciências Humanas**, Frederico Westphalen, v. 25, n. 3, p. 38-52, set./dez. 2024. DOI: https://doi.org/10.31512/19819250.2024.25.03.38-52 Disponível em: https://revistas.fw.uri.br/revistadech/article/view/4954/3826. Acesso em: 15 dez. 2024.

NEGRO Drama. Intérprete: Racionais MC's. Compositores: Edy Rock e Mano Brown. São Paulo: Cosa Nostra, 2002. CD Duplo (107 minutos).

O MANIFESTO dos pioneiros da Educação Nova (1932). **Revista HISTEDBR On-Line**. Disponível em: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/manifesto_1932.pdf. Acesso em: 15 dez. 2024.

PONCE, Branca Jurema. O currículo e seus desafios na escola pública brasileira: em busca da justiça curricular. **Currículo sem Fronteiras**, [*s. l.*], v. 18, n. 3, p. 785-800, set./dez. 2018. Disponível em: http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss3articles/ponce.pdf. Acesso em: 5 jan. 2025.

PONCE, Branca Jurema; NERI, Juliana Fonseca de Oliveira. A justiça curricular, a violência sexual intrafamiliar (VSI) e o direito à aprendizagem. **Revista e-curriculum**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 1208-1233, out./dez. 2017.

PONCE, Branca Jurema; NERI, Juliana Fonseca de Oliveira. Violência contra a criança, educação em direitos humanos e justiça curricular. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 43, n. 2, p. 360-377, maio/ago. 2018.

SAURA, Geo; ARGUELHO, Mateus; LIMA, Paula Valim de; PIRES, Daniela de Oliveira. Financeirização EdTech. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, DF, v. 40, n. 1, e 140210, p. 1-31, 2024. DOI: 10.21573/vol40n12024.140210. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/140210/93781. Acesso em: 5 jan. 2025.

SILVA, Roberto da. Os fundamentos freirianos da pedagogia social em construção no Brasil. **Revista Interuniversitaria, Sociedad Iberoamericana de Pedagogía Social**, Sevilla, España, n. 27, p. 179-198, jan./jun. 2016. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/1350/135046986010.pdf. Acesso em: 15 jul. 2024.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 84-105, maio/ago. 2025.
Recebido em: 07/02/2025 | Aceito em: 01/07/2025

SILVA, Roberto da; GASPAR, Leandro da Silva. Pedagogia social e a formação de professores na Baixada Santista. **Revista Trama Interdisciplinar**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 92-108, set./dez. 2016. Disponível em: https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/view/9686/6295. Acesso em: 5 jan. 2024.

SOARES, José Nildo. **Programa Mais Educação**: uma política progressista de educação integral em tempo integral. 2020. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

SOUZA NETO, João Clemente de. **Crianças e adolescentes abandonados**: estratégias de sobrevivência. São Paulo: Arte Impressa, 2002.

SOUZA NETO, João Clemente de. Pedagogia social: a formação do educador social e seu campo de atuação. **Cadernos de Pesquisa em Educação PPGE-UFES**, Vitória, v. 16, n. 32, p. 29-64, jul./dez. 2010. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/4404/3446. Acesso em: 5 jan. 2025.

SOBRE OS AUTORES

Juliana Fonseca de Oliveira Neri
Pós-doutoranda em Educação na UFRGS. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação: Currículo da PUC-SP e do Mestrado Profissional Práticas Docentes no Ensino Fundamental da Unimes.
E mail: jfoneri@pucsp.br

Rafael Felix Pelvini
Mestre em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), na linha de Pesquisa de Políticas Públicas e Reformas Educacionais. É escritor, educador social e atua como educador em atividades infantojuvenis no Sesc em São Paulo.
E-mail: pelvini@gmail.com

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 2, p. 84-105, maio/ago. 2025.
Recebido em: 07/02/2025 | Aceito em: 01/07/2025